

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.881 - SC (2019/0251483-3)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DA FAZENDA,
ACIDENTES DO TRABALHO E REGISTROS PÚBLICOS
DE BLUMENAU - SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE BLUMENAU - SJ/SC
INTERES. : ELECTRO AÇO ALTONA S A
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado nos autos de ação ordinária ajuizada por ELECTRO AÇO ALTONA S.A. em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e OUTRO, objetivando: (a) a declaração de inexistência de nexo técnico entre a moléstia que acomete o segundo réu e o trabalho que este exerceu para a autora; (b) a declaração de nulidade dos atos administrativos de concessão e prorrogação do benefício previdenciário nº 6082247535, espécie 91, deferido ao segundo réu, em face da ausência de nexo técnico entre o trabalho que exerceu para a autora e o agravo, por ser este de origem crônico-degenerativa e/ou ter sido desenvolvido em atividades estranhas ao trabalho; (c) a conversão do auxílio-doença acidentário nº 6082247535 em auxílio-doença previdenciário desde a data do primeiro requerimento.

A ação foi distribuída, inicialmente, ao Juízo da 2ª Vara Federal de Blumenau, Seção Judiciária de Santa Catarina, que se deu por incompetente e determinou a remessa dos autos à Justiça Estadual, Comarca de Blumenau/SC, por entender que a subjacente ação ordinária tem por objeto desconstituir a natureza acidentária da moléstia que acomete o corréu e, via de consequência, afastar a natureza acidentária do benefício que lhe foi concedido pelo INSS.

A seu turno, o Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da Comarca de Blumenau/SC suscitou o presente conflito, afirmando, em síntese, que a pretensão autoral consiste na conversão de benefício acidentário em previdenciário, sendo, pois, da competência da Justiça Federal.

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República FLÁVIO GIRON, opinou pelo conhecimento do conflito de competência, a fim de que seja declarada a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda, Acidentes do Trabalho e Registro Público da Comarca de Blumenau/SC, ora suscitante (fls. 59/61).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

O conflito comporta conhecimento, tendo em vista que foi suscitado entre Juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, *d*, da Constituição Federal.

Como cediço, as ações referentes a acidentes de trabalho devem ser processadas e julgadas na Justiça Estadual. Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULAS 15/STJ E 501/STF. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO COMUM ESTADUAL.

1. Compete à Justiça comum dos Estados apreciar e julgar as ações acidentárias, que são aquelas propostas pelo Segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social, visando ao benefício, aos serviços previdenciários e respectivas revisões correspondentes ao acidente do trabalho. Incidência da Súmula 501/STF e da Súmula 15/STJ.

2. Conflito de Competência conhecido para declarar competente o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

(CC 163.821/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/03/2019)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. SÚMULAS 15/STJ E 501/STF. CAUSA DE PEDIR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Nos termos da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é competência da Justiça Estadual processar e julgar ação relativa a acidente de trabalho, estando abrangida nesse contexto tanto a lide que tem por objeto a concessão de benefício em razão de acidente de trabalho como

também as relações daí decorrentes (restabelecimento, reajuste, cumulação), uma vez que o art. 109, I, da Constituição Federal não fez nenhuma ressalva a este respeito.

2. Nas ações que objetivam a concessão de benefício em decorrência de acidente de trabalho, a competência será determinada com base no pedido e causa de pedir. Precedentes do STJ.

3. No caso dos autos, conforme se extrai da Petição Inicial, o pedido da presente ação é a concessão de benefício acidentário, tendo como causa de pedir a exposição ao agente nocivo ruído. Logo, a competência para processar e julgar a presente demanda é da Justiça estadual. Precedentes do STJ.

4. Assim, caso o órgão julgador afaste a configuração do nex causal, a hipótese é de improcedência do pleito de obtenção do benefício acidentário, e não de remessa à Justiça Federal. Nessa hipótese, caso entenda devido, pode a parte autora intentar nova ação no juízo competente para obter benefício não-acidentário, posto que diversos o pedido e a causa de pedir.

5. Conflito de Competência conhecido para declarar competente para processar o feito a Justiça Estadual.

(CC 152.002/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 19/12/2017)

Por sua vez, cuidando-se de ações em que se discute o direito a benefícios previdenciários, a competência é da Justiça Federal. Nesse sentido, os seguintes julgados:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DO BENEFÍCIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. JUÍZO SUSCITADO.

1. Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Cáceres/MT e o Juízo Federal do Juizado Especial Adjunto de Cáceres-SJ/MT, em ação previdenciária de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.

2. No caso concreto, não se extrai da petição inicial qualquer alusão à ocorrência de acidente laboral que, como causa de pedir, estivesse a respaldar o pedido de aposentadoria por invalidez formulado pelo segurado ao INSS, cujo contexto desautoriza a tramitação da lide perante a Justiça Estadual.

3. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do CC 140.943/SP, Rel.

Min. Mauro Campbell Marques, DJe 16.2.2017, firmou o entendimento de que "o acidente sofrido por trabalhador

Superior Tribunal de Justiça

classificado pela lei previdenciária como segurado contribuinte individual, por expressa determinação legal, não configura acidente do trabalho, não ensejando, portanto, a concessão de benefício acidentário, apenas previdenciário, sob a jurisdição da Justiça Federal".

4. Conflito de Competência conhecido para declarar competente para o processamento do feito o Juízo Federal do Juizado Especial Adjunto de Cáceres-SJ/MT, o suscitado.

(CC 164.335/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 12/06/2019)

PREVIDENCIÁRIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AUXÍLIO DOENÇA. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. PEDIDO QUE REVELA A NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE A JUSTIÇA FEDERAL.

1. A competência para julgar as demandas que objetivam a concessão de benefício previdenciário relacionado à acidente de trabalho deve ser determinada em razão do pedido e da causa de pedir. Nesse sentido: CC 107.468/BA, 3a. Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 22/10/2009.

2. No caso dos autos, conforme se extrai da Petição Inicial, o pedido da presente ação é a Conversão de Amparo Social para Auxílio-Doença e/ou Aposentadoria, não tendo feito qualquer alusão a acidente de trabalho. Logo, a competência para processar e julgar a presente demanda é da Justiça Federal.

3. Conflito de Competência conhecido para declarar competente o Juízo Federal de Bom Jesus da Lapa - SJ/BA .

(CC 163.546/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/03/2019)

No caso concreto, extrai-se da petição inicial da subjacente ação ordinária que a parte autora traz pedidos de naturezas diversas, sendo o primeiro e principal deles no sentido de que seja declarada a inexistência de nexos técnicos entre a moléstia que acomete o segundo réu e o trabalho que este exerceu para a autora, por ser o referido agravo de origem crônico-degenerativa e/ou ter sido desenvolvido em atividades estranhas ao trabalho; em outras palavras, a declaração de inexistência de acidente de trabalho.

Subsidiariamente, acaso acolhido o pedido principal, requer também (a) a anulação dos atos administrativos de concessão e prorrogação do benefício previdenciário

Superior Tribunal de Justiça

nº 6082247535, espécie 91, deferido ao segundo réu e, ainda, (b) a conversão do auxílio-doença acidentário nº 6082247535 em auxílio-doença previdenciário desde a data do primeiro requerimento.

Nesse diapasão, considerando-se a natureza do pedido principal, conclui-se que a competência para processar e julgar o presente feito é da Justiça Estadual, sendo certo que a possibilidade, ou não, de acolhimento dos pedidos subsidiários deverá ser apreciada oportunamente, se for o caso, nos limites de sua jurisdição. Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. SÚMULAS 15/STJ E 501/STF. CAUSA DE PEDIR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Nos termos da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é competência da Justiça Estadual processar e julgar ação relativa a acidente de trabalho, estando abrangida nesse contexto tanto a lide que tem por objeto a concessão de benefício em razão de acidente de trabalho como também as relações daí decorrentes (restabelecimento, reajuste, cumulação), uma vez que o art. 109, I, da Constituição Federal não fez nenhuma ressalva a este respeito.

2. Nas ações que objetivam a concessão de benefício em decorrência de acidente de trabalho, a competência será determinada com base no pedido e causa de pedir. Precedentes do STJ.

3. No caso dos autos, conforme se extrai da Petição Inicial, o pedido da presente ação é a concessão de benefício acidentário, tendo como causa de pedir a exposição ao agente nocivo ruído. Logo, a competência para processar e julgar a presente demanda é da Justiça estadual. Precedentes do STJ.

4. Assim, caso o órgão julgador afaste a configuração do nexo causal, a hipótese é de improcedência do pleito de obtenção do benefício acidentário, e não de remessa à Justiça Federal. Nessa hipótese, caso entenda devido, pode a parte autora intentar nova ação no juízo competente para obter benefício não-acidentário, posto que diversos o pedido e a causa de pedir.

5. Conflito de Competência conhecido para declarar competente para processar o feito a Justiça Estadual.

(CC 152.002/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 19/12/2017)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PEDIDO PRINCIPAL E

Superior Tribunal de Justiça

PEDIDO ALTERNATIVO SUJEITOS A JURISDIÇÕES DIFERENTES. Se o pedido principal é da competência da Justiça do Trabalho, cabe-lhe processar e julgar a reclamatória trabalhista; eventual improcedência dele obrigará o reclamante a ajuizar nova ação perante o Juízo próprio para o exame do pedido remanescente. Conflito conhecido para declarar competente a MM. 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Bernardo do Campo.

(CC 24.094/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA SEÇÃO, DJ 13/09/1999)

ANTE O EXPOSTO, conheço do conflito, declarando competente para processar e julgar a causa o Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da Comarca de Blumenau/SC, ora suscitante.

Dê-se ciência aos Juízos envolvidos.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator